

RELATÓRIO DE GESTÃO
DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A
CULTURA (UNESCO)
EMBAIXADORA ELIANA ZUGAIB
(2014 - 2017)

Apresento relatório de gestão relativo ao período em que venho exercendo a função de delegada permanente do Brasil junto à Unesco, desde maio de 2014. Traço, inicialmente, uma visão panorâmica da Unesco, de suas missões institucionais, de suas esferas de competência e das dificuldades que vem enfrentando em decorrência de restrições orçamentárias. Relato, em seguida, as principais linhas de ação desenvolvidas pelo posto, nos últimos três anos, em cada um dos setores da Unesco, assinalando os principais desafios e sugerindo possibilidades de atuação do próximo Chefe de Missão.

A MISSÃO DA UNESCO

2. A Unesco foi criada em 16 de novembro de 1945, no imediato pós-guerra, com o propósito de trabalhar em prol da construção da cultura da paz. Ao longo de mais de sete décadas, consolidou-se como a instituição especializada do sistema das Nações Unidas responsável pelas políticas multilaterais voltadas para os setores de educação, cultura, ciências naturais, ciências humanas e sociais, comunicação e informação. A organização conta hoje com 195 estados membros e 10 membros associados.

3. Com base em seu ato constitutivo e buscando aperfeiçoar-se para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, a Unesco assume a missão de contribuir para a construção da paz, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo e o diálogo intercultural. Sua instância máxima de governança, a Conferência Geral, definiu que, em todo o seu espectro de atuação, a Unesco deve observar duas prioridades globais: a África e a igualdade de gênero.

4. Em 2014 e 2015, esta delegação acompanhou os debates em torno da elaboração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e participou ativamente das discussões sobre o ODS 4, relativo à educação de qualidade, que ficou a cargo da Unesco. Desde a adoção da Agenda, em setembro de 2015, a

Unesco tem-se esforçado, com intensa participação dos estados membros, para adequar e adaptar seus programas ao objetivo de apoiar e orientar os países na consecução das metas dos ODS que estão no seu escopo de atuação.

5. Contando com um corpo técnico de reconhecida competência, a Unesco busca formular propostas inovadoras e prover aos estados membros orientação quanto à elaboração e à implementação de políticas atinentes ao seu mandato. Estabelece normas e padrões referentes aos seus campos de atuação, bem como mecanismos para acompanhar e monitorar sua implementação. A organização fomenta, ainda, a cooperação internacional e regional, incentivando o compartilhamento de boas práticas e as iniciativas tendentes ao aprimoramento institucional e à capacitação de pessoal, sobretudo nos países em desenvolvimento.

6. Para executar essas missões, a Unesco dispõe de expressiva capilaridade nos estados membros. Sua estrutura administrativa direta engloba, além da sede em Paris e do Centro do Patrimônio Mundial, 54 escritórios nacionais ou regionais e 10 centros de categoria I, em 10 diferentes países. De modo indireto, a Unesco mobiliza ainda: 98 centros de categoria II, constituídos sob os auspícios da organização; 199 comissões nacionais; 673 cátedras; e 45 redes UNITWIN, envolvendo 700 instituições de pesquisa, em 116 países.

A CRISE DA ORGANIZAÇÃO: ASPECTOS FINANCEIROS E POLÍTICOS

7. No período em que tenho chefiado esta delegação, acompanhei e participei do esforço realizado na Unesco para adequar seus programas e suas práticas a uma forte redução dos meios disponíveis. As restrições orçamentárias da organização, decorrentes da suspensão do pagamento das contribuições obrigatórias pelos Estados Unidos e por Israel desde o ingresso da Palestina na organização em 2011, têm tido impacto significativo na execução de seus programas. Com a cessação do aporte de aproximadamente 23% dos recursos previstos no orçamento ordinário, a Unesco viu-se forçada, nos anos subsequentes, a reduzir em 1/4 seu corpo de funcionários (de 2000 para 1500) e a implantar estrito contingenciamento de despesas, medidas que tiveram forte repercussão sobre a execução de suas atividades finalísticas.

8. Nesse contexto, os temas de natureza administrativa e financeira ganharam proeminência no seio da organização. A

delegação brasileira tem participado ativamente de todas as atividades que visam a melhorar a eficiência no uso dos recursos disponíveis, a definir prioridades programáticas e a aumentar a captação de recursos extraorçamentários para a execução de projetos.

9. Nos últimos três anos, foram criadas diversas ferramentas de administrativas em reação a propostas dos estados membros, tais como indicadores de gestão e a nova proposta de orçamento integrando recursos obrigatórios e recursos voluntários. Apesar desses esforços, é crescente a capacidade de os doadores influenciarem as ações da Unesco por meio de recursos "earmarked", isto é, vinculados a pautas de atividades de interesse precípua dos doadores. Essa prevalência dos provedores de recursos sobre a agenda da organização nem sempre converge com a implementação de programas que correspondam efetivamente a deliberações e decisões que caracterizam os organismos multilaterais.

10. O atraso do Brasil no pagamento de suas contribuições obrigatórias ao orçamento ordinário da Unesco também compromete o fluxo de caixa da organização, com impacto negativo na execução de projetos e atividades. O Brasil é atualmente o segundo maior devedor da Unesco. Sua dívida é superada somente pela dos Estados Unidos, cujos pagamentos foram suspensos por ocasião do ingresso da Palestina na organização em 2011. A quitação da dívida brasileira é o maior desafio para o país, já que tal situação de inadimplência poderá levar o Brasil a perder seu direito de voto na próxima Conferência Geral, a realizar-se em novembro próximo. Os atrasos brasileiros no pagamento das contribuições, ademais, também prejudicam as ações do país em prol de candidaturas próprias.

11. O Brasil, além de ser o sétimo maior contribuinte para o orçamento regular da Unesco, tem ocupado, nos últimos anos, a posição de principal parceiro da organização para a execução de projetos com recursos nacionais próprios ("self benefit"). Desse modo, o escritório de Brasília tem atuado - em conjunto, principalmente, com órgãos do Governo brasileiro, mas também com entidades não governamentais - em numerosos projetos, nos cinco setores do mandato da Unesco, que o transformam no maior do mundo em matéria de execução de recursos financeiros.

12. Além do desafio financeiro e administrativo, a Unesco tem sido confrontada com temas cuja análise suscita profunda

clivagem entre os estados membros, como a situação na Crimeia, nos territórios árabes ocupados e na Cidade Velha de Jerusalém. Esses assuntos, vinculados aos conflitos Rússia - Ucrânia e Israel - Palestina, são objeto, em outros fóruns do sistema ONU, de discussões relativas à paz e à segurança internacionais e aos direitos humanos, cabendo à Unesco tratar dos aspectos atinentes ao seu mandato. Assim, o Conselho Executivo vem examinando a situação das instituições educacionais e culturais nos territórios árabes ocupados e as condições de preservação da Cidade Velha de Jerusalém, sítio inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, que também é objeto de debate pelo Comitê do Patrimônio Mundial. A respeito da Crimeia, a Unesco monitora a situação da minoria tártara, quanto ao acesso à educação e à possibilidade de realização de manifestações culturais, além de verificar as condições para o exercício do direito à liberdade de expressão.

13. Ao contrário do restante da pauta da Unesco, em que os estados membros convergem e chegam a decisões consensuais sobre o encaminhamento dos assuntos, os três temas supracitados têm requerido deliberação por votação nominal, acompanhada de explicações de votos `a posteriori` por parte de alguns estados membros. Em relação aos pontos relacionados ao conflito Israel-Palestina, a delegação tem atuado, com algum êxito, no sentido de propiciar negociações com vistas à obtenção de linguagem equilibrada de decisões que possam contribuir para a melhora da situação do terreno, do ponto de vista da preservação do patrimônio cultural e do acesso à educação pela população afetada.

O BRASIL NA UNESCO

14. A Unesco é uma organização de grande relevância para o Brasil, uma vez que seu mandato e seus objetivos confluem com a agenda brasileira de desenvolvimento sustentável e inclusão social. Por esse motivo, o país tem podido auferir benefícios significativos da participação em programas e iniciativas da organização, referentes a temas que vão de políticas de combate à discriminação e de promoção da igualdade de gênero, até os programas de erradicação do analfabetismo e de promoção do ensino técnico e vocacional, passando por áreas tais como: gestão de recursos hídricos, exploração sustentável dos oceanos, promoção da liberdade de expressão, fomento do acesso à informação, integração entre o homem e a biosfera, promoção da diversidade cultural e salvaguarda do patrimônio cultural, em suas diversas vertentes.

15. Ao contrário de países que, por terem dimensão mais reduzida ou uma inserção internacional menos complexa, canalizam suas atenções para apenas algumas das áreas de atuação da Unesco, o Brasil tem interesse e papel de destaque em todos os setores da organização. As diferentes disciplinas abarcadas pela Unesco são igualmente relevantes para um país que ainda enfrenta desafios para assegurar desenvolvimento sustentável com crescente inclusão social. Essa presença multifacetada do país na Unesco reflete-se no fato de que o Brasil dispõe de 20 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo treze sítios culturais e sete sítios naturais; 8 elementos inscritos nas três listas do patrimônio cultural imaterial; 6 reservas da biosfera; 1 geoparque; 3 centros de categoria II e 21 cátedras Unesco.

16. De modo a apresentar um sumário equilibrado das atividades da delegação ao longo dos últimos três anos, relatarei, a seguir, separadamente, as ações realizadas junto aos grandes setores da Unesco - Educação, Cultura, Ciências e Comunicação e Informação - incluindo, quando pertinente, eventuais sugestões para a próxima chefia do posto.

EDUCAÇÃO

17. Ao longo dos últimos três anos (2014-2017), o Brasil participou ativamente das principais iniciativas do setor de educação da Unesco. O País foi eleito, no início de 2016, um dos três representantes do GRULAC para o biênio inaugural do Comitê Diretivo da Agenda de Educação 2030. De acordo com a Declaração de Incheon e com seu Marco de Ação (2015), este foro constitui a principal plataforma da Unesco para coordenação global em prol do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O Brasil também integra o Grupo de Cooperação Técnica do Instituto de Estatísticas da Unesco (UIS), instância responsável pelo acompanhamento de indicadores educacionais e pela elaboração de instrumentos de monitoramento, para melhor aferir a evolução das metas de educação do ODS-4.

18. De maneira geral, a delegação pautou sua atuação pela busca de sinergia entre as prioridades traçadas pelo Ministério da Educação e os principais temas da agenda educacional da Unesco, entre os quais cabe destacar: formação e requalificação docente; ensino técnico e profissionalizante

(TVET); alfabetização e aprendizado ao longo da vida; reforma curricular; e ensino em matéria de direitos humanos e cidadania global.

19. Durante minha gestão, a delegação trabalhou para reforçar a cooperação educacional brasileira com diversos agrupamentos regionais, como o GRULAC, o BRICS, o E-9 e países de Língua Portuguesa. Ingressamos em iniciativas inter-regionais temáticas como os "Amigos do TVET", os "Amigos da igualdade de gênero" e a Plataforma de Educação e Formação em matéria de Direitos Humanos. Neste período, a delegação participou diretamente, ou auxiliou os representantes nacionais, em reuniões tanto de teor técnico quanto político.

20. Em dezembro de 2014, participamos do 7º Fórum Internacional de Diálogo sobre Políticas Públicas para Professores, como membro da Força-Tarefa da Unesco para Professores. Em maio de 2015, o Brasil teve participação destacada, em nível ministerial, no II Fórum Mundial de Educação, na Coreia do Sul (Incheon), no qual foram avaliados projetos e melhores práticas voltados ao aperfeiçoamento do processo educativo para o período 2015-2030.

21. Também em 2015, no âmbito do TVET, foi realizada em São Paulo a WorldSkills Competition, conhecida como a "Olimpíada de conhecimento técnico-profissional", tendo sido a primeira edição sediada na América Latina. O Brasil sediou ainda a Reunião Ministerial de Alto Nível para o Reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas na América Latina e Caribe, em outubro de 2015, com vistas a dar início ao processo de revisão da Convenção Regional da Unesco de 1974.

22. Em 2016, o Brasil destacou-se no apoio ao lançamento da Aliança Global para a Alfabetização, para cuja vice-presidência foi eleita a secretária executiva do MEC, senhora Maria Helena Guimarães de Castro. Ademais, o País, aceitando convite do UIS, passou a integrar a Aliança Global para Monitoramento da Aprendizagem, na qual poderão ser compartilhadas boas práticas de coleta e monitoramento de dados educacionais. No mesmo ano, a delegação brasileira participou das duas primeiras reuniões do Comitê Diretivo da Agenda de Educação 2030 (maio e dezembro), nas quais foram definidas linhas gerais de cooperação e promoção do ODS-4 encabeçadas pela Unesco, com apoio de estados membros, entidades parceiras e demais agências do sistema ONU.

23. Em 2017, a delegação levou a cabo o processo de coordenação com os representantes dos demais países latino-americanos, com vistas à preparação da I Reunião Ministerial da América Latina e Caribe sobre a Agenda 2030, realizada em janeiro de 2017, em Buenos Aires, da qual participou o Ministro Mendonça Filho. Ademais, assim como nos anos anteriores, a delegação tem acompanhado detidamente a evolução de temas educacionais debatidos na organização, como a prevenção a extremismo violento, a educação para mulheres e meninas, o combate à violência no ambiente escolar, e a educação para a paz e a cidadania global, entre outros.

24. Considero que, nos próximos anos, a rede de entidades e cidadãos envolvidos com iniciativas da Unesco no Brasil poderá ser fonte bastante fecunda ao país para apresentação de novas parcerias voltadas à implementação das grandes metas da agenda educacional global, como demonstra o envolvimento do setor acadêmico brasileiro nas 21 Cátedras Unesco/UNITWIN em atividade no país. A colaboração com o setor privado - a exemplo da exitosa parceria do MEC com o Sistema S para o ensino técnico-profissionalizante - também poderá oferecer novos vetores de atuação na seara educacional.

CULTURA

25. O setor cultural da Unesco goza de ampla visibilidade internacional. Trata-se de área que desenvolve intensa atividade normativa - com destaque para as seis convenções e as dezesseis recomendações - e cujos programas e especialistas são reconhecidos no mundo todo. Dentro do sistema ONU, a Unesco é a única entidade com mandato para atuar na área cultural, o que torna o setor uma das principais referências da organização para a comunidade internacional e para o público em geral.

26. Parte desse reconhecimento internacional deriva da prestigiosa Lista do Patrimônio Mundial, que reúne 1052 sítios de valor excepcional para a humanidade, inscritos em virtude de seus atributos culturais ou naturais. No âmbito da Convenção de 1972, que instituiu a referida lista, a delegação tem-se dedicado a promover o patrimônio brasileiro e os interesses do país nas negociações. Durante minha gestão, além da inscrição do Conjunto Moderno da Pampulha na Lista do Patrimônio Mundial, logrou-se evitar que o Parque Nacional do Iguaçu viesse a ser considerado como sítio cuja preservação está em perigo. Em sua próxima sessão (julho/2017), o Comitê do Patrimônio Mundial examinará a

candidatura do Cais do Valongo e o estado de conservação do Cerrado e de Brasília. Estão sendo elaborados, para os próximos ciclos, os dossiês sobre o "Sítio Burle Marx" e sobre "Paraty: Cultura e Biodiversidade".

27. Do ponto de vista político, ressalto a participação brasileira na reforma, em 2015, das Diretrizes Operacionais da Convenção de 1972, que passaram a prever aplicação do critério de distribuição geográfica para a eleição de membros do Comitê, permitindo, assim, maior participação dos países em desenvolvimento nas discussões e, portanto, nas decisões sobre as candidaturas. Em relação aos projetos de cooperação internacional, lembro que o Brasil e a Unesco estabeleceram, em 2010, o Centro Lucio Costa (na modalidade categoria 2). Com direção do Iphan, o referido centro tem por objetivo coordenar iniciativas de capacitação junto aos países hispanófonos e lusófonos da América do Sul, da África e da Ásia.

28. Com relação ao patrimônio imaterial, o Brasil integrou, entre 2012 e 2016, o Comitê responsável pela implementação da Convenção de 2003, período no qual se negociou a adequação daquela normativa aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Durante minha gestão, o Brasil obteve a inscrição do elemento "Roda de Capoeira" na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial - rol da Unesco que também conta com grande notoriedade internacional, em que estão inscritos outros seis elementos brasileiros, cuja salvaguarda é acompanhada pela organização.

29. Dentre os órgãos diretivos do setor cultural, o Brasil seguirá membro, até 2019, do Comitê da Convenção de 2005, que trata da diversidade das manifestações culturais. Com ativa participação brasileira, o colegiado foi responsável por formular propostas para que os países membros, ao implementarem a Convenção, adotem medidas tendentes a promover a diversidade cultural também no meio digital. Embora se reconheçam os benefícios que o meio digital proporciona para o acesso, a distribuição e a comercialização de produtos da economia criativa, observa-se que sua concentração em grandes empresas e plataformas, com capacidade para definir o conteúdo difundido, conduz a uma excessiva padronização da produção cultural, com prejuízo para a diversidade.

30. Dentre as atividades normativas realizadas pelo setor cultural da Unesco, noto, ainda, a adoção, em 2015, de duas

recomendações: a Recomendação sobre a Proteção e a Promoção de Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade e a Recomendação sobre a Preservação e o Acesso ao Patrimônio Documental na Era Digital. Ambos os documentos visam a fornecer orientações aos estados membros para sua atuação em áreas que vêm enfrentando desafios no contexto atual de crescente influência do meio digital sobre a cultura. Saliento que o Brasil foi o país que deu início às negociações que culminaram com a nova recomendação sobre museus, tendo financiado os estudos preliminares e sediado conferência internacional de especialistas.

31. Sempre com a orientação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, esta delegação tem mantido estreita coordenação com os Ministérios da Cultura, do Meio Ambiente, e com o Iphan, no processo de apresentação de candidaturas, seja à Lista do Patrimônio Mundial seja à Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial. O planejamento minucioso das candidaturas é fator determinante para o sucesso das avaliações, que muitas vezes são examinadas em longos ciclos, de mais de dois anos. O prestígio da inscrição de sítios e elementos nas referidas listas contribui para a divulgação da cultura e da biodiversidade brasileiras, propiciam a divulgação do turismo nas regiões inscritas e reafirmam a imagem do Brasil como país que envida esforços para cumprir seus compromissos internacionais, tanto ambientais quanto de preservação cultural.

32. Ademais das atividades supramencionadas, o setor cultural da Unesco desenvolve outros programas, que avaliam candidaturas relativamente mais simples, mas cuja aprovação pode representar grande oportunidade para a divulgação da cultura brasileira. Nesse sentido, considero que a delegação, nos próximos anos, poderá intensificar os esforços para que o Brasil participe de forma mais densa do Programa Memória do Mundo e da Rede de Cidades Criativas da Unesco. O Programa Memória do Mundo da Unesco seleciona conjuntos documentais e arquivos de reconhecida significância mundial e conta com Registro Internacional, em que figuram os documentos selecionados, dentre os quais sete conjuntos do Brasil. A Rede de Cidades Criativas da Unesco, por sua vez, promove cooperação entre cidades que identificaram setores criativos como fatores estratégicos para o seu desenvolvimento urbano. A Rede engloba, atualmente, 116 cidades de 54 países, sendo cinco brasileiras: Belém (gastronomia), Curitiba (design),

Florianópolis (gastronomia), Salvador (música) e Santos (filme).

CIÊNCIAS NATURAIS

33. Em comparação com os setores de Educação e Cultura, os setores de Ciências Naturais e de Ciências Humanas e Sociais da Unesco apresentam estruturas mais fragmentadas, organizadas em torno de áreas temáticas relativamente estanques. O setor de Ciências Naturais, por exemplo, abriga uma grande diversidade de temas e programas, relativos a disciplinas como a Oceanografia, a Hidrografia, a Biodiversidade, a Geologia e as ciências básicas.

34. Um dos órgãos em que o Brasil tem tido participação ativa é a Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI). Criada em 1960, a COI promove a cooperação internacional na área da oceanografia e coordena programas de pesquisa, serviços, sistemas de observação, mitigação de riscos e desenvolvimento de capacidades, com vistas a ampliar o conhecimento e gerir eficazmente os recursos dos oceanos e das zonas costeiras. A presença do Brasil na COI - tanto em seu conselho executivo como em seus órgãos subsidiários - tem sido relevante, com ativa participação do Comando da Marinha, do MCTIC e do MMA. Em 2015, o Brasil encerrou seu segundo mandato consecutivo como vice-presidente do Conselho da COI, pelo GRULAC.

35. Até pelo fato de ser o país que conta com maior volume de água doce do mundo, o Brasil tradicionalmente tem participação destacada no Programa Hidrológico Internacional (PHI), único programa intergovernamental do sistema das Nações Unidas dedicado à pesquisa sobre águas fluviais, à gestão dos recursos hídricos e à educação e capacitação nessa área. O PHI desenvolve uma abordagem interdisciplinar e integrada da gestão das bacias hidrográficas e dos aquíferos, que incorpora a dimensão social dos recursos hídricos e promove a pesquisa internacional em ciências hidrológicas. Fundado em 1975 e implementado em intervalos de tempo ou fases programáticas de seis anos, o PHI está na sua oitava fase, cuja implementação se estende pelo período de 2014 a 2021.

36. O Brasil é membro do Conselho Intergovernamental do PHI (CIG-PHI) e defendeu, na sessão realizada em junho de 2016, enfrentando algumas resistências, a qualificação do Centro Internacional de Referência de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT), de Brasília, como Centro de Categoria II, sob os

auspícios da Unesco. Finalmente aprovado pelo CIG-PHI o início do processo que poderá levar à qualificação do referido centro, está em curso, neste momento, o estudo de viabilidade, realizado por especialistas do Programa. Ao longo de minha gestão, tratei, ainda, em diversas oportunidades - algumas das quais com a participação de parlamentares brasileiros e de autoridades do governo de Minas Gerais - da situação do Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas (Hidroex), em Frutal, criado em 2009 e ainda qualificado como Centro de Categoria II. Ainda em 2016, a Fundação que dava suporte ao Hidroex foi extinta, e seu patrimônio transferido à UEMG, o que ensejou dúvidas acerca da possibilidade de manutenção do acordo entre o Brasil e a Unesco relativo ao mencionado centro.

37. Nos últimos anos, o Brasil não tem integrado o Conselho Internacional de Coordenação do programa "O Homem e a Biosfera" (MAB, na sigla em inglês), mas tem mantido diálogo com o secretariado da Unesco sobre o programa, sobretudo depois da reativação, em 2016, do Comitê Nacional, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente. O programa abriga a Rede Mundial de Reservas da Biosfera, conjunto de sítios naturais em que se combinam preocupações de conservação da biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável e manutenção de valores culturais associados aos recursos biológicos. Com a intermediação da delegação, o Brasil apresentou, nos últimos dois anos, os relatórios de revisão periódica de todas as seis reservas da biosfera que possui: Mata Atlântica, Cerrado, Caatinga, Amazônia Central, Pantanal e Serra do Espinhaço.

38. Ainda no âmbito das Ciências Naturais, cabe menção ao único programa da Unesco criado durante o período em que exerço a função de delegada permanente: o Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP). A criação deste programa, aprovada pela Conferência Geral da Unesco em novembro de 2015, visa a refletir mais fielmente os atuais desafios enfrentados pelas ciências da Terra e a incorporar uma rede de sítios de especial relevância geológica - os Geoparques Mundiais da Unesco - que constituem elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável local. O Brasil, que participou ativamente, no início de minha gestão, da elaboração dos estatutos do novo programa, conta com um geoparque nessa rede: o de Araripe, no Ceará, administrado pela Universidade Regional do Cariri.

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

39. O setor de Ciências Humanas e Sociais foi, possivelmente, aquele que mais sofreu com a crise orçamentária da organização. Trata-se de área que atrai pouca atenção dos países desenvolvidos e arrecada escassos recursos extraorçamentários.

40. Um dos programas mais tradicionais do setor, o Programa de Gestão das Transformações Sociais (MOST), voltado para a interação entre a pesquisa acadêmica e a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social, experimentou, ao longo do período em que chefiou Brasunesco, uma sensível redução de atividades. Uma de suas iniciativas de maior visibilidade, as Escolas MOST, destinadas ao intercâmbio regional entre pesquisadores e responsáveis pela gestão de políticas sociais, não se tem realizado com a frequência observada há poucos anos. Outro pilar do programa, o da coordenação política, por meio de fóruns ministeriais regionais, não tem sido explorado na América Latina, mas ainda tem rendido frutos na África e no Sudeste da Ásia.

41. Maior dinamismo tem sido observado na área do esporte, com forte participação brasileira. Com efeito, a Unesco é a principal agência das Nações Unidas para a temática da educação física e do esporte. Presta assistência e orientação a governos nessa área, apoiando, em especial, iniciativas de fortalecimento dos sistemas nacionais de treinamento em educação física. A organização está também ativamente envolvida na luta antidoping e em outras iniciativas que visam a proteger o jovem esportista e a assegurar um esporte justo e equitativo.

42. O Brasil teve papel importante na revisão da "Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte", documento de princípios que estabelece referências para orientar a tomada de decisões e para apoiar as políticas nessa área. O texto revisado da Carta foi adotado pela Conferência Geral em novembro de 2015, com a participação em plenário do então ministro de Esporte, George Hilton.

43. Em março de 2017, o ministro do Esporte, Leonardo Picciani, realizou visita de trabalho à Unesco, na qual tratou da renovação de dois instrumentos de cooperação em vigor com a Unesco: um na área de antidoping e outro voltado para os Jogos Olímpicos. Conforme decidido durante a visita do ministro, o segundo acordo teve seu objeto alterado, com

vistas a permitir que passe a tratar do legado olímpico. O ministro Picciani confirmou, ainda, sua participação na Conferência Internacional de Ministros e Altos Funcionários responsáveis por Educação Física e Esporte (MINEPS VI), em Kazan, na Rússia, em julho próximo.

44. Ainda no âmbito das ciências humanas, vale menção às atividades desta delegação no domínio da Bioética e da Ética das Ciências. O Brasil integra o Comitê Intergovernamental de Bioética (CIGB) e tem participado da revisão dos relatórios elaborados pelo Comitê Internacional de Bioética (CIB), composto por 36 especialistas independentes, cujo trabalho, no último biênio, centrou-se em dois temas principais: a resposta bioética para a situação dos refugiados e a relação entre megadados e saúde.

45. Nessa área, a Delegação Permanente do Brasil tem acompanhado também o processo de redação de uma "Declaração sobre os Princípios Éticos relacionados à Mudança do Clima", conforme decisão da Conferência Geral em 2015. O Brasil não favorecia a iniciativa de elaboração desse texto e tem-se empenhado em evitar que ele possa redundar em conflito com os acordos alcançados pela comunidade internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

46. O setor de comunicação e informação da Unesco responde a um dos pilares fundamentais da organização, isto é, aquele relativo à promoção e à defesa da liberdade de expressão e do acesso à informação.

47. O Brasil tem tido papel proeminente em ambos os campos. Em matéria de liberdade de expressão, o país, no ano passado, tornou-se membro fundador do Grupo de Amigos para a Liberdade de Imprensa e o Combate à Impunidade dos Crimes contra Jornalistas. Nessa área, foi estabelecida cooperação entre a Unesco e autoridades brasileiras no intuito de promover a capacitação de pessoal no combate à impunidade de tais crimes.

48. A Diretora-Geral da Unesco emite, para cada caso de assassinato de jornalista, um comunicado público. Publica, anualmente, relatório sobre a Segurança dos Jornalistas e a Questão da Impunidade. O documento, elaborado em grande medida com as informações fornecidas pelos estados membros,

obtem ampla repercussão internacional. É, ademais, utilizado como referência global por ONGs e formadores de opinião.

49. A melhor forma de um país demonstrar, no âmbito da Unesco, que vem enfrentando adequadamente esse problema consiste em informar o Secretariado sobre cada um dos casos de jornalistas assassinados. As informações encaminhadas tempestivamente pelo Governo brasileiro, por meio da Delegação junto à UNESCO, são consideradas pelo organismo, o que evita que o relatório seja parcial, incompleto ou negativo em relação ao Brasil. Esse envio de esclarecimentos, ademais, corrobora percepção positiva quanto ao engajamento do Governo brasileiro no combate à impunidade de tais crimes, bem como na proteção da liberdade de expressão.

50. No que tange ao acesso à informação, a Unesco, por iniciativa do Brasil, preparou recentemente estudo sobre a Internet, o qual tomou como referência o Marco Civil da Internet e a Declaração da NetMundial, realizada em São Paulo. Ainda no domínio do acesso à informação, a UNESCO é responsável pelo programa Memória do Mundo, do qual o Brasil se beneficia mediante o registro de documentos de valor histórico e cultural não só nacional, mas também mundial.